

Luís Manuel A. V. Bernardo

O PROJECTO CULTURAL
DE MANUEL DE AZEVEDO FORTES
UM CASO DE RECEPÇÃO
DO CARTESIANISMO
NA ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA

Apresentação de António Braz Teixeira

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA

2005

As acções das substâncias se explicam pelos verbos que as significam, como querer, desejar, e são sinais da substância que quer ou deseja.

Lógica Racional, I, § 57.

Ao Professor BRAZ TEIXEIRA

PREFÁCIO

Embora haja sido já objecto de um número apreciável de estudos, desde os clássicos Ensaio sobre a Crise Mental do Século XVIII, de Hernâni Cidade (1929), Verney e a Filosofia Portuguesa (1946), de António Alberto de Andrade, e Portugal e a Cultura Europeia, de J. S. Silva Dias (1953), até ao recente vol. III da História do Pensamento Filosófico Português, dirigida por Pedro Calafate, autor da larga maioria dos capítulos daquele volume, o conhecimento da reflexão portuguesa de Setecentos, bem como do valor e significado do pensamento das suas figuras mais representativas, continua a registar assinaláveis lacunas, quando não mesmo a ser condicionado por alguns persistentes preconceitos ideológicos ou pelo recurso a categorias históricas inadequadas ou carecidas de revisão, como a ambígua e contraditória de Iluminismo Católico, divulgada entre nós por Cabral de Moncada, em meados da década de 40 da passada centúria, e persistindo em ignorar pensadores tão significativos como Matias Aires ou Tomás António Gonzaga e em dar excessiva atenção a autores reconhecidamente menores.

A especulação portuguesa do período que decorre entre meados dos anos 30 e meados dos anos 60 do século XVIII, prolongando, de certo modo, o eclectismo sensista que vinha do século anterior e que José Gaos¹ pretendeu que, em ambos os países ibéricos, teria a sua matriz na Philosophia Libera seu Eclectica (1673), do médico judeu Isac Cardozo, se

¹ *En Torno a la Filosofia Mexicana*, Alianza Editorial Mexicana, México, 1980, pp. 23-25.

por um lado, com contadas excepções, revela uma dominante inspiração no pensamento de Locke, por outro — de Martinho de Mendonça, Azevedo Fortes e Verney a Teodoro de Almeida, Sousa Nunes e Ribeiro Sanches — confere decisiva e nuclear importância aos problemas da formação do homem, da educação e do ensino e da difusão dos conhecimentos.

Entre essas excepções à referência lockeana, que se projectará ainda na primeira metade do século XIX, na obra e no pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira, combinada agora com uma nova leitura de Aristóteles e uma reflectida consideração do pensamento de Leibniz, avultam o pessoal pessimismo antropológico e a filosofia da caducidade de todo o existente de Matias Aires e a séria meditação de Manuel de Azevedo Fortes, até agora, em regra, apressadamente catalogada como primeiro e tardio eco do inatismo cartesiano.

É, precisamente, esta leitura incompleta e superficial da obra do autor da Lógica Racional, Geométrica e Analítica (1744) que este ensaio de Luís Manuel A. V. Bernardo vem contrariar, preenchendo uma lacuna da historiografia cultural do período joanino, ao analisar e interpretar a obra de Manuel de Azevedo Fortes como parte de um projecto cultural desenvolvido ao longo de um quarto de século e em que a actividade reflexiva andou sempre a par com um persistente intuito pedagógico e prático, atento ao valor da nova ciência natural mas sem entrar em conflito ou pôr em causa a revelação e a ética cristãs, atitude em muito convergente com as de outros pensadores portugueses seus contemporâneos.

Por outro lado, pela sua amplitude e pela perspectiva, mais decididamente filosófica do que meramente histórico-cultural, de que considera e analisa a obra do Engenheiro-Mor do Reino, o presente ensaio permite compreender e avaliar, em novos termos, a relação de Azevedo Fortes com o cartesianismo, na versão de Port-Royal, e entender que a sua Lógica Racional, diversamente do que tem sido dito, excede, em muito, o estrito domínio gnosiológico, contendo, em esboço, todo um sistema filosófico e elementos de uma antropologia, uma ética e uma teodiceia que, nem por se conformarem ou harmonizarem com o essencial da tradição cristã, deixam de apresentar uma feição singular e própria, que fazem do seu autor uma figura central da meditação portuguesa de meados de Setecentos.

Mérito do esforço hermenêutico do Prof. Luís Manuel A. V. Bernardo foi tê-lo compreendido e sabê-lo mostrar, num estudo inovador em que o rigor conceitual e a clareza expositiva são servidos por uma informação actualizada e exigente mas não inutilmente erudita, como já sucedia com o breve mas esclarecedor ensaio que, há três anos, dedicou a Martinho de Mendonça de Pina e Proença, outra figura relevante da reflexão portuguesa da primeira metade do século XVIII.

ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA

INTRODUÇÃO

UM CARTESIANO NA CORTE DE D. JOÃO V?

Manuel de Azevedo Fortes, Engenheiro-Mor de D. João V, fez parte da plêiade de intelectuais, com formação no estrangeiro, que constituíram uma elite cultural, na primeira metade do século XVIII, vinculada a instituições alternativas à Universidade, como as Academias, e viveram, com entusiasmo, a expectativa da construção de um Iluminismo português, cuja propriedade estaria num equilíbrio entre catolicismo, sistemas de pensamento modernos e idiosincrasias nacionais. No eclectismo a que esse esforço, inevitavelmente, obrigava, bem como na tópica partilhada, na tentativa de estabelecer uma alternativa à força doutrinária da Escola, é, a maior parte das vezes, a defesa prioritária de um autor moderno, para além das actividades desenvolvidas, que nos permite clarificar a diferença de posicionamento de cada um no xadrez global, dominado pela oposição umbela entre Antigos e Modernos. Claro está que essa contenda diz respeito, sobretudo, a um esquema de autodesignação paradigmática e de gestão da política no domínio da cultura, só sendo dentro desses limites utilizável pelo intérprete actual, para cada caso exigindo-se a compreensão do que é entendido por ambos os termos.

Nesse processo de construção de uma identidade autoral, a par do contributo para a configuração nacionalista — a ideia de uma originalidade afigurando-se excessiva, tanto por contradizer o ideal, típico das Luzes, de uma verdade cuja unidade teria correspondência na universalidade da razão, quanto por exagerar o valor das obras que nos foram legadas —, Azevedo Fortes ocupa

um lugar especial. Globalmente, Fortes entendeu a sua participação nesse intento a partir da esfera de atribuições correspondente ao cargo que ocupava: colaborar na reestruturação das Forças Armadas, um dos objectivos principais do monarca, dando forma à ideia de um Oficial propriamente português, de que o Engenheiro seria o representante por excelência; conceber um projecto de formação, visando a preparação de um Batalhão de Engenharia, de cariz profissionalizante, portanto, que fosse decididamente moderno, quer pela organização dos conteúdos e dos métodos de ensino, que pretendia racional, quer pela finalidade explícita de produzir uma atitude científica perante a realidade, que, obviamente, não bulisse com os dogmas da fé e pudesse ser aplicado a outros grupos sociais; passar o valor do cartesianismo para a concretização do projecto cultural que, simultaneamente, idealizou e procurou instituir.

Numa altura em que, por toda a Europa, a Filosofia de Descartes era criticada e o seu ensino proibido, e, no contexto nacional, a ideia de modernidade surgia predominantemente adstrita às tendências empiristas inglesas, primeiro de Francis Bacon, cujo *Novum Organum* era incensado como manifesto dos Novos Tempos, depois de John Locke e Isaac Newton, Fortes aparecia, assim, surpreendentemente, como «primeiro sequaz, por escrito, das teses fundamentais cartesianas em Portugal»¹. Apesar de nunca o afirmar cabalmente, talvez porque a evidência dispensasse a necessidade de o fazer, talvez por prudência estratégica, como tal foi reconhecido pelos seus contemporâneos. Com efeito, as marcas da influência do cartesianismo são tão vincadas que não há lugar para questionar a adequação do qualificativo. Azevedo Fortes manteve-se fiel à matriz cartesiana, até ao fim, acabando por publicar a sua obra-prima, *Lógica Racional, Geométrica e Analítica* (1744), que a maioria dos intérpretes incorrectamente isola do conjunto da produção, dois anos antes do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Verney, cuja dependência da concepção de Locke não suscita dúvidas.

Ora a coerência demonstrada, que supõe igualmente a resistência à tendência que progressivamente se tornava dominante,

¹ A. Andrade, *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1982, p. 191.

não resultou nem da ignorância — sendo Fortes um dos intelectuais portugueses da época mais bem informado sobre as correntes principais da Filosofia Moderna — nem da obstinação, uma vez que idealizou o esboço de uma integração conciliadora. Todavia, as concessões admitidas foram pensadas no interior de uma taxionomia em edificação, que resultava de um jogo complexo de recepção do cartesianismo, centrado no arquétipo da *mathesis universalis*, pensado a partir da versão avançada pelos autores da *Logique ou l'Art de Penser* (1664), dita *Logique de Port-Royal*², a qual procurara patentear a pertinência das teses mais polémicas de Descartes ao acervo doutrinário da tradição filosófica cristã, mas conferida, nomeadamente na vertente matemática, em sentido estrito, que aí se encontrava obnubilada, pela leitura de algumas obras do próprio Descartes, no todo ou em parte: o *Discurso do Método*, as *Meditações Metafísicas*, os *Princípios de Filosofia* e, eventualmente, as *Regras para a Direcção do Espírito* e, mesmo, o *Tratado do Homem*.

Esse discreto regresso a Descartes, que não deve ser pensado como uma desvalorização, mas antes como um complemento, da interpretação jansenista, assentava numa reflexão sobre a configuração específica da modernidade e, em particular, sobre o lugar que cabia à linguagem matemática na racionalidade científica concomitante, bem como sobre as consequências da livre decisão de filosofar. Descartes limado por Arnauld e Nicole cuja concepção era, por sua vez, relançada no vórtice do proposto, tido como originário, pelo mestre, em nome da propriedade de ser moderno. O resultado, como se poderá antecipar, foi uma entretela de subtis deslocamentos, de imprecisos, mas detectáveis, desvios, quantas vezes a coberto de aparentes paráfrases, quer relativamente às teses de Descartes, quer no que respeitava àquelas que eram retiradas da *Logique de Port-Royal*, sobre a qual se construía a apropriação hermenêutica que, para nós, define o pensamento de Azevedo Fortes. É que, provavelmente pelo almejo pragmático de fundo, Fortes, ao privilegiar a vontade, relativamente às outras funções do *cogito*, deparou-se, de modo dramático, com o problema transcendental da liberdade, que o forçou a equacionar um tracejamento marginal, feito de intenções transversas e de vagos enunciados alternativos,

² A. Arnauld e P. Nicole, *La Logique ou l'Art de Penser*, Paris, Gallimard, 1992.

para se manter fiel ao espírito do cartesianismo, mesmo quando já não lhe era possível ater-se à literalidade.

Dessa feita, denunciava a sua inclusão, ainda transitória, num novo horizonte hermenêutico, ele próprio a ser desenhado, o contemporâneo, uma espécie de infidelidade que já não estava ao seu alcance evitar. Situada entre dois mundos, o que mais sobressai na obra de Fortes é essa dialéctica da passagem, essa latente emergência de uma autonomia, que o autor quer conter, por preferir, subjectivamente, a segurança de uma ordenação cuja virtude explicativa reconhece à imprudência de uma originalidade que sabe escapar ao homem de acção esclarecida, em cuja figura se revê, e por, objectivamente, antecipar o perigo da desumanidade associado aos desvarios da tecnociência. Fica, assim, patente a dobra terapêutica que complementa o périplo dos lugares-comuns da consciência da modernidade, apontada por José Esteves Pereira³, o qual, ainda que se referisse directamente a Ribeiro Sanches, lembrava que «esta atitude ‘terapêutica’ em relação ao conhecimento esteve presente, também, de algum modo, em Azevedo Fortes»⁴. Voluntariamente anacrónica, mas por essa intencionalidade profundamente moderna, a produção de Azevedo Fortes encerra, conseqüentemente, uma faceta trágica, que nem o optimismo do convicto projectista consegue mascarar. Em conformidade, ensaiámos uma apresentação do seu percurso intelectual que fosse ao encontro desse cruzamento de temporalidades, que deverão ser lidas, igualmente, como constituintes do *ethos* do autor, aproximando-o de Descartes, para, logo, mostrar a zona de clivagem, identificando o que na sua proposta exhibe a dívida a Port-Royal, para, do mesmo passo, traçar uma orientação desviante, caracterizando o seu constante esforço de reflexão aplicada e ordenadora, para melhor apontar o que, ultrapassando a notória necessidade de controle, nunca esteve nas suas mãos: o porvir do tempo que, mesmo no gesto retrospectivo, se faz anunciar. Por isso, este estudo sobre Manuel de Azevedo Fortes constitui-se também como

³ Expondo as ideias de esteio da Ilustração portuguesa, José Esteves Pereira indicava a necessidade metodológica de moderar a compilação dos factores «modernos», para que pudesse ressaltar «a busca de uma ‘cura do entendimento’» (J. Pereira, *Percursos de História das Ideias*, Lisboa, INCM, 2004, p. 47).

⁴ *Idem, ibidem*, p. 48.

uma explanação parcial do contexto ideológico no qual se inscreveu e que, por sua vez, ajudou a escrever.

Mas, provavelmente, a maior traição de Azevedo Fortes, como de tantos outros, consistiu na utilização, consciente, estratégica e ideológica do legado cartesiano. Ainda que seja inegável que Descartes acalentara a expectativa de que a sua filosofia pudesse melhorar a vida dos homens, num sentido prático e técnico amplo, como sintetizou na «Carta-prefácio» aposta à edição francesa dos *Princípios de Filosofia*⁵, a dialéctica entre teoria e prática, entendida do ponto de vista do segundo termo, gerava modalidades diversificadas de apropriação do cartesianismo. Posta ao serviço das exigências pragmáticas de um projecto cultural, a concepção de Descartes, já normalizada de acordo com o formato que os seguidores mais próximos julgaram admissível, sofre o efeito mortuoso do instrumentalismo, e de filosofia devem doutrina, cujo valor depende, antes de mais, das possibilidades oferecidas para compreender e condicionar a *praxis*. Fortes não estava isolado nesse procedimento redutor. Na verdade, foi essa uma das condições de sobrevivência dessa grandeza cultural designada sob o termo, também ele umbela, de cartesianismo, o facto de se lhe ter reconhecido uma vertente tecnológica, supostamente neutra, que permitia suavizar os fundos abissais para os quais apontava a sua inquirição metafísica.

Desse trabalho de neutralização ressaltou a construção da noção contemporânea de autoria, com a concomitante ideia de uma História da Filosofia, na etapa primeva esteada entre dois autores que encabeçavam dois tempos paradigmáticos, Aristóteles, o Filósofo por antonomásia da Escolástica, e Descartes, o Filósofo por antonomásia da Modernidade. Convertido em «autor modelo», Descartes entra no jogo da cooperação interpretativa, o que significa igualmente o seu deslocamento para a esfera pública onde é sujeito aos processos de apropriação e exclusão que correspondem ao poder dos leitores sobre a obra aberta. O processo de constituição da identidade cartesiana transformava-se, em grande medida, numa questão de política cultural, suportando e sendo suportada por interesses diversos, com uma marcada tendência para a expansão, o que justificava o carácter híbrido e variado das cenas e dos actores

⁵ R. Descartes, *OP*, III, pp. 769-785.

que foram ditando a sua consolidação: encontramos, assim, focos de cartesianismo em diversas cidades da Europa, nas universidades, nos encontros entre doutos ou na vivacidade das conversas de salão, animados por filósofos, mas, sobretudo, por teólogos, médicos, engenheiros, cientistas, ou meros curiosos.

Perante uma tal complexidade, impõe-se interpretar a relação de Azevedo Fortes com o cartesianismo como um fenómeno, simultaneamente, circunscrito e alargado de recepção. Com efeito, ser cartesiano, para aquela que pode ser considerada uma terceira geração, não se reduzia à passividade de sofrer uma influência, mas supunha a actividade consciente da apropriação que sabe lidar com os problemas típicos dos cartesianos, que interfere, intencionalmente, na narrativa cartesiana, selecciona, corta, modifica o contexto inicial, recria um novo contexto de sentido, ilumina determinados aspectos para deixar propositadamente outros na penumbra, ou, tão-só, decide reproduzir, literalmente, sequências discursivas por nada ter a acrescentar. Assim, ser cartesiano, nessa altura, não era estar o mais próximo possível do texto escrito por Descartes, muitos cartesianos só conheciam as linhas principais do pensamento do filósofo em segunda ou terceira mão, o que não era, aliás, o caso do nosso autor, mas posicionar-se no interior de uma rede de teses, discursos, atitudes, gestos, valores que julgamos merecer a designação de cultura cartesiana e, a partir daí, desenvolver a sua actuação de modo a que essa inscrição fosse, simultaneamente, detectável e profícua.

Não existe, por conseguinte, uma entidade monolítica, chamada cartesianismo ou filosofia cartesiana, que funcionaria como referente absoluto da dependência, mas um labor significativo de construção cultural, no qual Manuel de Azevedo Fortes terá participado. Deste modo, a questão determinante para o intérprete actual incide sobre o que Azevedo Fortes fez de caracteristicamente cartesiano com o *seu* cartesianismo, o que implica a focagem nas configurações dialécticas que exibem a intersecção entre pensamento e acção, aquelas em que as sequências discursivas transbordam de intencionalidade, mais do que numa representação estática de um cúmulo de afirmações que são destacadas de acordo com a oposição entre autores maiores e menores, como se a mente do autor em estudo fosse um pedaço de cera mole e a sua vontade nada pudesse perante o influxo do pensar alheio. Consideramos, deste modo, que a viabilidade de se patentear as

intersecções entre as movimentações que se depreendem do quadro geral e a orientação privilegiada por Azevedo Fortes decorre de uma análise pragmática do discurso, com a qual se intentará compor, crítica e sistematicamente, a narração global, mas polifórmica, do percurso.

Nesta linha hermenêutica, foram três as opções, detectáveis como vectores de sentido nas suas obras, que nos permitem defender a ideia de que Fortes teve um projecto cultural, formalmente estruturado, consistente e esclarecido, para o nosso país: escolheu o cartesianismo como matriz ideológica; neste, preferiu a orientação jansenista; considerou que, por um lado, era legítimo e, por outro, eficaz para os objectivos que traçou, usá-lo pragmática e estrategicamente, isto é, como meio e não como fim do seu agir, em prol da formação de uma consciência nacional, o que deveria redundar num efeito misto de cartesianização da cultura portuguesa e de aportuguesamento do cartesianismo. Todavia, estas opções não determinam um enquadramento vazio pronto a integrar, sem outros critérios que o da influência e do eclectismo, um conjunto de teses alheias, mas funcionam como uma grelha metodológica, para o conjunto da existência, cuja aplicação suporta as exigências de uma planificação cuidadosa: a coesão do projecto cultural que lançou dependeu da maneira como conseguiu ajustar a sua compreensão do modelo cartesiano à ordenação dos conteúdos/problemas, à triagem dos autores e à selecção das condições de execução das finalidades.

Para nós, conseqüentemente, tratar-se-á de lidar com essa trama, quantas vezes, como será de prever, tecida de entimemas contraditórios e de soluções enviesadas para questões teóricas de fundo, sem perdermos de vista que o nexó buscado pelo autor é, acima de tudo, prático, funcionando a teoria como estofó normativo e raciocinativo do agir. Uma vez aceites estes supostos hermenêuticos, torna-se possível detectar, em todas as suas obras, uma densidade ideológica cuja aparente heterogeneidade não impede a respectiva declinação nas grandes áreas disciplinares, a Lógica, a Física, a Ética, a Política, a Geografia, a História, a Matemática, a Metafísica ou a Teodiceia ⁶. Julgamos, por conse-

⁶ Cf. P. Calafate, «Introdução» a Manuel de Azevedo Fortes, *Lógica Racional*, Lisboa, INCM, 2002, p. 24.

guinte, que, mais do que pela obsessão pelo valor da fidelidade a uma figura que resulta afinal da nossa própria interpretação, o que levaria a um círculo insustentável, a análise se deve alinhar pela tentativa de restituir a dinâmica de uma interacção entre o recebido, o idealizado e o praticado, num exercício de filigrana, para fazer sobressair os alinhamentos, as demarcações, os espaços previamente preenchidos e aqueles que ficaram vazios, jogando com as várias referências que se encontram entrosadas em cada etapa do percurso delineado. Assim, procurámos que cada capítulo desse conta de um aspecto dominante, enunciado na forma verbal, que correspondesse, simultaneamente, a uma acção preconizada e a uma categoria aglutinante da pletora discursiva. Esta técnica de enfoque é sustentada por uma hermenêutica de cooperação, pela qual intentamos um compromisso entre uma espécie de concreção de problemas e a encenação das condições que esteiam a efectividade do pensamento de Azevedo Fortes.

Num certo sentido, que iremos apurando ao longo do nosso livro, consideramos ajustado emitir, sobre a *Lógica* de Fortes, juízo semelhante ao que Blanché publicou sobre a de Port-Royal, a saber, que o que mais ressalta nesta lógica é o pouco que ela tem de lógica⁷. Por isso, procuraremos, antes de mais, caracterizar as grandes linhas do projecto global que o engenheiro filósofo concebeu, segundo a matriz da *mathesis universalis*, a qual mais do que uma simples investida geométrica funda um novo paradigma científico. Em consequência, acima do rigor das posições ou da sujeição a este ou aquele autor, impeditivos do desenho de uma certa constância do seu pensamento e da sua acção, valorizámos a coerência de um projecto cultural, enunciado desde as primeiras obras, cujo sustentáculo é teórico, mas o objectivo agente, e que reveste a forma de um programa de formação ajustado à preparação dos oficiais de artilharia, e em particular os engenheiros, mas com possibilidade de vir a constituir-se como modelo de formação geral de qualquer aluno que se enquadre no tipo humano que concilia o engenho e a arte. Tornou-se, por conseguinte, fulcral deslocar a escala do domínio estritamente académico para o da reforma institucional e educativa, da teoria pura para a acção,

⁷ Cf. R. Blanché, *História da Lógica*, Lisboa, Edições 70, 2001, pp. 182-190.

de modo a que a totalidade da produção, incluindo a *Lógica*, e sem prejuízo da complexidade do pensamento filosófico que nesta expõe, ser interpretada como um conjunto de etapas estratégicas visando a consolidação de um tal empreendimento. Integrada no conjunto, a *Lógica* revelar-se-á efectiva obra de maturidade, que não produto teratológico, fecho previsto desde o início para selar a construção, no sentido, também cartesiano, de que o fundamental é a reflexão do espírito sobre si mesmo.

Fortes marcou positivamente a sua época; foi apreciado e louvado, beneficiou de uma autonomia surpreendente; não encontrou obstáculos de maior à divulgação das suas ideias, às quais pôde permanecer fiel. Aparentemente fruto estratégico de uma prudência várias vezes demonstrada, ou efeito da ignorância alheia, ninguém detectou o potencial revolucionário que o cunho declaradamente cartesiano imprimia ao projecto cultural que defendeu, remetida a questão para o foro das excentricidades individuais que, nessa medida, não afectavam a solidez do *status quo*. Assim, não produziu uma corrente de pensamento nem se lhe atribuem seguidores. Por isso, escrevia Banha de Andrade, num dos escassíssimos estudos sobre o nosso autor, que «foi como um meteoro que passou»⁸. Quanto a nós, se lhe tivermos conseguido apanhar o rasto, julgamos o nosso ensaio justificado.

⁸ A. Andrade, *op. cit.*, p. 208.

ÍNDICE

Prefácio, por ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA	11
Introdução	
UM CARTESIANO NA CORTE DE D. JOÃO V?	15
1.º Cap. RECEBER	25
2.º Cap. ORDENAR	55
3.º Cap. MEDIR	75
4.º Cap. INSTITUIR	95
5.º Cap. POLEMICAR	121
6.º Cap. REFLECTIR	171
<i>Bibliografia</i>	223
<i>Apêndice</i>	229
	247